

ESTADO DE SÃO PAULO

10 JAN 1985

Prévia para Constituinte

A "nova República" não pode começar como farsa, montada por aqueles que afirmam querer construir a democracia, mas colocam antes e acima de tudo seus interesses políticos. A opinião pública soube compreender, demonstrando amadurecimento surpreendente, que a necessidade de evitar a perpetuação do regime autoritário impunha uma trégua na luta pelas eleições diretas para a Presidência, aceitando-se a ida das oposições ao colégio eleitoral. Não entenderá, porém — e não poderá fazê-lo, pois não há argumentos políticos capazes de convencê-la — os motivos que impedem a realização, ainda em 1985, das eleições para as prefeituras das capitais.

Argumentos teóricos, será difícil encontrá-los para privar o povo do direito de eleger seus governantes nas capitais dos Estados. Foi do período que agora chega ao fim a tese segundo a qual a harmonia de ação entre o governador e os prefeitos exigiam que estes fossem nomeados. Simplesmente, transferiu-se para o plano político a idéia burocrática de que o superior (o governador do Estado) deveria ter o direito de nomear o inferior (o prefeito) para que não houvesse discrepância na ação administrativa. No fundo, desejou-se — e conseguiu-se — impedir que pelas

eleições de prefeito das capitais surgissem lideranças válidas e alternativas. Quis-se, a pretexto de fazer da política um exercício de ordem unida, que todos pensassem igual e agissem igual ao Plianalto.

A experiência mostrou o absurdo da pretensão de enquadrar a política nos limites do pensamento burocrático — da mesma maneira que tornou evidente que a supressão da escolha popular dos prefeitos foi um dos fatores que contribuíram para o não-surgimento de novas lideranças políticas com amplo apoio popular. Só falta, agora, quando se prenuncia o ressurgimento das oportunidades de organizar a democracia, que os governadores que formam com o Partido da Frente Liberal, ou os que militam no PMDB — com exceção, até agora, do sr. Franco Montoro —, invoquem razões "políticas" para impedir que se realizem eleições diretas para as prefeituras das capitais em 1985.

Não há argumentos válidos em favor da tese continuísta: os TREs estão aparelhados para realizar as eleições, a legislação (boa ou má) é a mesma que presidiu a eleição dos governadores, o custo do pleito, para os cofres públicos, não é astronômico. Pelo contrário, todos os argumentos políticos e éticos são a favor de

eleições diretas-já para as prefeituras. Se outros não houvesse (os governadores e os partidos mantêm-se insensíveis à força dos argumentos), um talvez possa sensibilizar o presidente Tancredo Neves, que deseja ampla mobilização popular em torno da idéia da Constituinte: a eleição dos prefeitos das capitais será indicador dos mais significativos do caminho político que o eleitorado deseja seguir e dos rumos que pretende dar à política nacional por intermédio da Constituinte. As eleições para as prefeituras, em suma, serão as prévias para a Constituinte.

Ademais, sua realização depende tão-só de emenda constitucional de um único artigo! Se houve acordo para tanta coisa, por que não se poderão pôr de acordo os partidos para votar esta emenda — e somente esta —, restituindo ao povo, já em 1985, o seu direito de escolher quem irá administrá-lo nas grandes cidades? A idéia de coincidência de mandatos, uma das que durante anos alimentaram o autoritarismo, não tem a menor consistência: pelo contrário, quanto mais o povo vota, mais ele se exercita a votar e mais estará habilitado a fazer a crítica dos políticos e sua autocrítica, em suma, a aprender a praticar a democracia.

Não serão pequenas as pressões

que se exercerão sobre o presidente Tancredo Neves para que não mova palha nesse cabuloso assunto: governadores, líderes partidários com ambições a governador, prefeitos nomeados que desejam continuar em seus cargos, todos se movimentarão com argumentos mais ou menos coerentes para fazer que tudo seja procrastinado. Ora, esse é o tipo de frustração que não se pode criar desde o início do governo da "nova República". O povo precisa ter a certeza, desde os primeiros dias, de que não houve só a mudança de homens, mas também de mentalidade. Sobre tudo, a certeza de que serão criadas todas as possibilidades para que ele possa ser ouvido naqueles assuntos que lhe dizem respeito.

O PMDB vai ganhar as eleições nas capitais de Estados governados pelo PDS ou pelo PFL? Azar dos partidos. O PDS ou o PFL vencerá em situação inversa? Igualmente é um problema dos partidos e, acrescenta-se, dos atuais prefeitos que perdem seu mandato. O que realmente conta é criar as condições para que a democracia se instaure no País — e a única maneira de fazê-lo é por meio de lideranças populares sagradas pelas urnas, e pela realização de eleições. O resto é conversa burocrática e fraude à vontade popular.